

e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, os candidatos com grau de incapacidade ou deficiência igual ou superior a 60 %, tem preferência, em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Luís da Rosa Narra*.
3000219376

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Aviso

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, adaptado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho, foram renovados, por mais um ano, ao abrigo do n.º 1 do artigo 138.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicável à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os trabalhadores:

Jorge Ribeiro Rosa, cantoneiro de vias municipais, de 7 de Dezembro de 2006 a 6 de Dezembro de 2007.

Marco Alexandre Gouveia Pinho, cantoneiro de vias municipais, de 13 de Dezembro de 2006 a 6 de Dezembro de 2007.

Paula Maria Ramalho Alves, auxiliar de serviços gerais, de 2 de Dezembro de 2006 a 1 de Dezembro de 2007.

30 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira*.
1000308602

Aviso

Nomeação

No uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, torno público que, por meu despacho datado de 30 de Novembro de 2006, nomeio, para a categoria de chefe de secção, Paula Maria Fernandes Vieira, aprovada no concurso interno geral de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 109, de 6 de Junho de 2006.

A aceitação do lugar far-se-á no prazo de 20 dias, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira*.
1000308603

Aviso

No uso da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, torno público que, por meu despacho datado de 30 de Novembro, nomeio, para a categoria de tesoureiro principal, Ilídio José Lourenço Pontedeira, aprovado no concurso interno geral de acesso, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 109, de 6 de Junho de 2006.

A aceitação do lugar far-se-á no prazo de 20 dias, contados a data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira*.
1000308604

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE PAIVA

Aviso

Celebração de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo

Torno público que, por meu despacho de contratação de 10 de Novembro de 2006, foi celebrado em 20 de Novembro do mesmo ano, e com efeitos desde a mesma data, contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, válido por um ano, eventualmente renovável até ao período máximo previsto no artigo 139.º da Lei n.º 99/

2003, de 27 de Agosto, se justificadamente, e se não for denunciado nos termos legais, com Catarina Ferreira de Figueiredo, na categoria de auxiliar administrativo (escala 1, índice 128), do grupo de pessoal auxiliar, com fundamento na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, para desempenhar funções na Divisão Social e Cultural desta Câmara Municipal. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea *g*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

29 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.
1000308551

Aviso

Celebração de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo

Torno público que, por meu despacho de contratação de 10 de Novembro de 2006, foi celebrado em 20 de Novembro do mesmo ano, e com efeitos desde a mesma data, contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, válido por um ano, eventualmente renovável até ao período máximo previsto no artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, se justificadamente, e se não for denunciado nos termos legais, com Mário João Rodrigues Lopes, na categoria de operário electricista (escala 1, índice 142), do grupo de pessoal operário, com fundamento na alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, para desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais desta Câmara Municipal. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea *g*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

29 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.
1000308552

Aviso

Nomeação de pessoal por reclassificação profissional

1 — Torno público que, no uso da competência conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por meu despacho do dia 23 de Novembro de 2006, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2006, ao abrigo do artigo 6.º, n.º 3, alínea *b*), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, em conjugação com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, nomeei definitivamente, na categoria de técnico superior de direito de 2.ª classe, da carreira de técnico superior de direito, do grupo de pessoal técnico superior, o funcionário desta Câmara Municipal Paulo Diamantino de Almeida Ramos, por reclassificação profissional, transitando do escalão 1, índice 321, da anterior categoria, para o escalão 1, índice 400, da nova categoria, por aplicação do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

2 — O candidato nomeado deverá aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso na 2.ª série, parte especial, do *Diário da República*.

[Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º, n.º 3, alínea *c*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

29 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.
1000308553

Aviso

Nomeação, em regime de comissão de serviço, no cargo dirigente de chefe da DAF

Na sequência do procedimento concursal aberto por meu despacho de 27 de Abril de 2006, cujo aviso foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 122, de 27 de Junho, com extracto no jornal *Jornal de Notícias* de 28 de Junho e oferta na Bolsa de Emprego Público (BEP) em 28 de Junho, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, por meu despacho de 17 de Novembro do ano em curso, ao abrigo dos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, extensível à administração local por força do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, nomeei, em regime de comissão de serviço,

pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, chefe da Divisão Municipal de Administração e Finanças (cargo de direcção intermédia de 2.º grau), previsto no quadro de pessoal e estrutura orgânica desta Câmara Municipal publicados pelo aviso n.º 128/2004 (2.ª série), no apêndice n.º 3/2004 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 8 de Janeiro de 2004, o técnico superior assessor de economia do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, José Manuel Amado Magalhães, cuja nota curricular se anexa.

A presente nomeação acolhe a proposta do júri do procedimento concursal de 6 de Novembro de 2006, que conclui que o candidato preenche os requisitos legais de provimento e possui o perfil pretendido para cumprir os objectivos e o exercício de funções inerentes ao referido cargo dirigente.

Com a presente nomeação o funcionário cessa as funções dirigentes na mesma divisão, em regime de substituição, que vinha desempenhando desde 3 de Março de 2006, nomeado que foi para o efeito por meu despacho da mesma data.

A presente nomeação produz efeitos desde 17 de Novembro de 2006.

Nota curricular de José Manuel Amado Magalhães

1 — Dados pessoais:

Data de nascimento — 3 de Julho de 1958;
 Naturalidade — Viseu;
 Estado civil — casado;
 Residência — Avenida do Padre José Sá Marques, Vila Nova de Paiva.

2 — Situação profissional — técnico superior assessor de economia do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva.

3 — Habilitação académica — licenciatura em Economia, concluída em 2 de Outubro de 1985, no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, com classificação final de 12 valores.

4 — Formação profissional específica — Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), concluído em 31 de Março de 2005 no Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), de Coimbra (curso específico de alta direcção em administração pública previsto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril), de duzentas e sessenta e sete horas, com a classificação final de 16 valores.

5 — Formação profissional complementar — participação em diversos cursos de formação, acções de formação, conferências, seminários e encontros sobre temas relacionados com as actividades desempenhadas, entre outros:

Curso de especialização em Gestão da Produção (não concluiu a dissertação final) no Centro Regional de Viseu da Universidade Católica Portuguesa, no ano de 1991;

Acções de formação sobre «Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)», «Novo Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas e Fornecimentos», «Esclarecimento sobre Vistorias de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos», «Regime Geral das Contra-Ordenações», «Serviços de Notariado», «Inventário e Cadastro», «Notariado Privativo», «Regime Jurídico de Edificação e Urbanização»;

Cursos de formação sobre «Execuções Fiscais», «Aplicação do IVA às Autarquias Locais», «Informática — MSDOS e Windows», «Informática — EXCEL», «Informática — WORD», «Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais», «Fundamentos de Internet e FrontPage», «POCAL com Aplicação Informática».

Participação nos XIII, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII Colóquios Nacionais da ATAM — Associação dos Técnicos Administrativos Municipais;

Participação em seminários e encontros: «Seminário sobre Gestão Municipal», «II Seminário sobre Gestão Municipal», «PROFAP — Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública», «União Monetária Europeia e as Empresas», «O Euro — Consequências Fiscais e Contabilísticas nas Autarquias», «Regulamentos Urbanísticos Municipais — Técnicas de Elaboração», «POCAL — Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais», «Novo Regime de Realização de Despesas Públicas e Contratação Pública», «Código das Expropriações — Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro», «O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro — POCAL», «Descentralização de Novas Competências para as Câmaras Municipais»;

Participação em várias reuniões de aperfeiçoamento profissional (RAP) da iniciativa da ATAM — Associação dos Técnicos Administrativos Municipais.

6 — Percurso profissional:

No período de 12 de Novembro de 1985 a 31 de Julho de 1989 exerceu funções docentes, ininterruptamente, como professor provisorio do Ministério da Educação, nos anos lectivos de 1985/86 (Escola Preparatória e Escola Secundária de Castro Daire), 1986/87 (Escola Secundária de Vila Nova de Paiva), 1987/88 (Escola Secundária de Moimenta da Beira) e 1988/89 (Escola Secundária Emídio Navarro de Viseu);

No período de 1 de Agosto de 1989 a 20 de Outubro de 1991 exerceu as funções de chefe da Repartição Administrativa e Financeira do quadro privativo de pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, no qual ingressou após concurso público;

De 21 de Outubro de 1991 a 8 de Janeiro de 2004, desempenhou ininterruptamente funções dirigentes na Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, no cargo dirigente de chefe da Divisão Municipal de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, à excepção do período de 21 de Outubro de 2000 a 15 de Agosto de 2001, em que exerceu as funções em regime de gestão corrente;

Em 1 de Janeiro de 1998, por força do artigo 18.º, n.º 1, alínea a), e n.º 5, do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na sua redacção originária, por ser chefe de repartição licenciado e em exercício de funções dirigentes, foi automaticamente reclassificado na categoria de técnico superior de 1.ª classe de economia, da carreira técnica superior;

Em 9 de Janeiro de 2004, no exercício do direito à carreira nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente, foi posicionado na carreira de origem, do grupo de pessoal técnico superior, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2004 para efeitos de progressão na categoria e acesso na carreira, na categoria de técnico superior assessor de economia;

Exerceu ainda a competência especial de notário privativo do município e oficial público desde 1 de Agosto de 1989 até 30 de Junho de 2004, que retomou desde 23 de Novembro de 2005;

Membro da comissão permanente de abertura de propostas no âmbito de concursos de empreitadas públicas; membro do júri de vários concursos de ingresso e acesso de pessoal; membro da comissão de selecção de vários processos de selecção de pessoal em regime de contrato de trabalho;

Desde 3 de Março de 2006 que exercia as funções de chefe da Divisão de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, em regime de substituição.

7 — Actividades extra-profissionais — presidente do conselho fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sátão e Vila Nova de Paiva, no período de Junho de 1999 a Dezembro de 2004.

30 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.
1000308548

Aviso

Renovação de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo

Torno público que, por meu despacho de renovação de 30 de Novembro de 2006, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, renovei, por mais um período de um ano, o contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado em 31 de Dezembro de 2004, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, com Vasco José da Silva e Santos, na categoria de engenheiro técnico florestal de 2.ª classe (escala 1, índice 295), do grupo de pessoal técnico, com fundamento na alínea i), n.º 1, do artigo 9.º, da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, ao abrigo do artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

30 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Marques Custódio*.
1000308549

Aviso

Nomeação de pessoal dirigente em regime de substituição

Torno público, no uso da competência prevista no artigo 68.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, em conjugação com